

Ibsen proíbe caça a

JEFFERSON PINHEIRO

Brasil

Congresso

Brasília, quarta-feira, 1 de abril de 1992

9

traficantes na Câmara

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), telefonou ontem para o superintendente interino da Polícia Federal, delegado Mauro Spósito, avisando que não admitirá o ingresso de agentes de polícia armados nas dependências da Casa à procura de supostos traficantes de drogas, sob pena de serem desarmados e, se resistirem, presos pela segurança interna.

Depois, no plenário, afirmou que não admitirá que se repitam tentativas de prisão de funcionários como a que ocorreu segunda-feira, com a ajuda do deputado Moroni Torgan (PSDB-CE). Ibsen mandou um recado à polícia, informando que se pretende cumprir mandado de prisão contra funcionários da Câmara terá que fazê-lo na casa deles ou nas ruas. Na Câmara, só com autorização da administração.

Ibsen Pinheiro considerou uma levianidade a citação do deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) em matérias de jornal como frequentador de pontos de distribuição de tóxicos em Brasília e a acusação de ceder sua residência para festas em que circulam drogas. Para Ibsen, não se pode dar espaço a denúncias de um meliante como César Fialho,

um suposto jornalista preso no Ceará com meio quilo de cocaína e que fez um dossiê para o deputado Moroni Torgan sobre a rota do pó dentro do Congresso. O presidente da Câmara julga o dossiê "muito frágil, um conjunto de especulações". Entre as medidas que poderão ser tomadas no Congresso, segundo proposta de Moroni Torgan, está a realização de exames esporádicos **antidoping**, a exemplo do que se faz no esporte, entre os funcionários da Casa. Ibsen censurou o deputado Moroni Torgan pelas suas investidas na área do tráfico de drogas. Disse que não concorda com os que querem adotar o "punicionismo doentio" como norma dentro da Câmara. Segundo ele, a prática do "denuncismo" corrompe o regime democrático.

Da tribuna, Maurílio Ferreira Lima disse que não tem prontuário, mas sim história e currículo: "Já fui investigado pela polícia, pelo Exército, Marinha e Aeronáutica. Já disseram de mim tudo, menos que fosse ligado a traficantes e corrupto". Em seguida, exigiu investigação total dos fatos e, embora tenha recebido solidariedade de todos os partidos, considera a apuração uma questão de honra.

Senado — O primeiro-secretário do Senado Federal, senador Dirceu Carneiro do PSDB, determinou segunda-feira a instalação de um inquérito administrativo para investigar as denúncias de envolvimento de funcionários do Congresso Nacional com o tráfico de drogas.

O senador designou uma comissão composta por três membros para o inquérito, que terá o prazo de 60 dias (renováveis) para apurar a denúncia. A decisão vem depois que uma comissão de sindicância concluiu pela necessidade de aprofundar as investigações. A comissão de inquérito será composta pelos especialistas em administração legislativa, Marcelo Augusto Bernardes Normando e Francisco Maurício da Paz, e pelo especialista em indústria gráfica legislativa, Paulo Cesar Guimarães Silva.

A decisão de Carneiro veio depois de pedido do diretor-executivo do Centro Gráfico do Senado (Cegraf), Agaciel Maia, que soube da denúncia através da imprensa de que servidores da Gráfica do Senado estavam envolvidos com o tráfico de drogas. A solicitação pede também punição caso as denúncias sejam confirmadas e se identifiquem os culpados.